

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de um profissional de saúde para a prestação de serviços na área de clínica geral, a fim de atender todos os colaboradores desta Companhia, inclusive cargos comissionados, diretores e servidores cedidos da União, Estado e Prefeituras, bem como, seus respectivos dependentes legais.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a contratação do serviço, pela necessidade de promover aos colaboradores desta Companhia, inclusive cargos comissionados, diretores e servidores cedidos da União, Estado e Prefeituras, bem como, seus respectivos dependentes legais, a assistência médica prevista no Art. 458, §2º, inciso IV da CLT, em consonância com o Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, e o Regulamento de Benefícios e Vantagens desta Companhia;

2.2. A intenção fundamental da contratação da assistência médica é proteger a integridade à saúde do colaborador, melhorando sua qualidade de vida tanto profissional como pessoal, garantindo a prevenção e redução, dos efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho laboral.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Atendimento médico em consultório próprio; Atendimento médico na empresa, para a realização de consultas médicas e solicitação de exames quando necessário, Sendo este realizado em uma escala de 4 (quatro) horas semanais Atendimento médico em pronto-socorro, quando solicitado pela Empresa; Visitas hospitalares, mediante solicitação da contratante; Visitas residenciais, quando estritamente necessárias e solicitadas pela Empresa; Outros procedimentos, solicitados pela DST/SESMT	MÊS	12

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.1.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se comprove que a licitante já executou serviços semelhantes ao

objeto da licitação;

4.1.2. O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a especificação do serviço, a identificação da empresa ou entidade que forneceu o atestado, assinatura e o telefone, para diligência, se for o caso.

4.2. DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL:

4.2.1. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.3. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL:

4.3.1. A prestação do serviço se enquadra como continuado, uma vez que há a necessidade permanente da prestação deste serviço. A interrupção acarretará em prejuízos e danos ao acompanhamento da saúde dos colaboradores, podendo haver necessidade de prorrogação de vigência contratual, conforme os moldes do artigo 200 do RILC da CAER.

4.3.2. O contrato possui natureza continuada e terá duração de 12 meses podendo haver necessidade de prorrogação de vigência contratual, conforme os moldes do artigo 200 do RILC da CAER.

4.4. DAS SOLUÇÕES DE MERCADO:

ESPECIALIZAÇÃO
<ol style="list-style-type: none">1. Clínica Especializada em Medicina do Trabalho;2. Profissional de Saúde na área de Clínica Geral (médico);3. Clínica ou Hospital Especializado em Clínica Geral.

4.4.1. A contratação de um profissional de saúde (médico), para a prestação de serviços na área de clínica geral, seria viável pela necessidade deste profissional prestar seus serviços diretamente no local das atividades laborais, estando em constante contato com os nossos colaboradores, visando garantir a prevenção e redução, dos efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho laboral.

5. DO MODELO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1.1. Empreitada por preço global, conforme inciso II, art. 60 do RILC/CAER.

5.2. DA METODOLOGIA:

5.2.1. A Divisão de Segurança do Trabalho – DST/SESMT expedirá aos colaboradores Ficha de Encaminhamento Médico, autorizando as consultas médicas em consultório constando todas as informações necessárias para a marcação e comparecimento nas consultas.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

5.2.2. O CONTRATADO realizará nas dependências físicas da CONTRATANTE, atendimento médico de 04 (quatro) horas semanais, exclusivamente aos colaboradores desta Companhia, inclusive cargos comissionados, diretores e servidores cedidos da União, Estado e Prefeituras, no horário previamente acertado entre a DST/SESMT e o CONTRATADO, por ordem de chegada dos colaboradores no local da consulta.

5.2.3. O CONTRATADO realizará atendimento em pronto-socorro e hospitais quando necessário e mediante solicitação da CONTRATANTE através da DST/SESMT.

5.2.4. O CONTRATADO realizará visitas médicas residenciais quando estritamente necessárias, e devidamente solicitados pela CONTRATANTE através da DST/SESMT.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

6.2. DO PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO:

6.2.1. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

6.3. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

6.3.1. A CONTRATADA apresentará Nota Fiscal/ Fatura no mês subsequente, em tempo hábil para processamento dos descontos legais em folha de pagamento, e emissão do recibo em nome do contratado, e posterior trâmite do processo para fins de autorização de pagamento, acompanhada do Mapa de Atendimento constando o nome, data e matrícula do colaborador, que deverá ser encaminhado a Divisão de Segurança do Trabalho - DST/SESMT.

6.4. DOS PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS:

6.4.1. A contratada tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do contrato, durante todo o período de execução contratual;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.4.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para conferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação;

6.4.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais;

6.4.3.1. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do contrato deverá notificar a contratada para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, ambos desta Companhia.

6.5. DAS SANÇÕES:

6.5.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

- I.** advertência;
- II.** multa moratória;
- III.** multa compensatória;
- IV.** suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

6.5.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

6.5.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

6.5.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

6.5.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.5.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

6.5.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I. nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f)** no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

6.5.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

6.5.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 6.5.10.** A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.
- 6.5.11.** Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.
- 6.5.12.** Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.
- 6.5.13.** No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 6.5.14.** Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.
- 6.5.15.** Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.
- 6.5.16.** Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).
- 6.5.17.** O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.
- 6.5.18.** Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.
- 6.5.19.** A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.
- 6.5.20.** A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

6.6. DA JUSTIFICATIVA DA GLOSA:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.6.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

- a)** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b)** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou
- c)** deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

6.7. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

6.7.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, conforme agência e conta corrente indicada pela contratada, que deverá conter o detalhamento do objeto executado;

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do serviço;

7.3. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

7.5. Por se tratar de serviços que incluem mão de obra, a CAER poderá instituir os seguintes procedimentos:

7.5.1. Realizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta - depósito vinculada - bloqueada para movimentação, específica da seguinte forma;

- a)** Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários e encargos, quando devidos;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

b) Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias e encargos, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados.

c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;

§1º - Valores provisionados, somente serão liberados para o pagamento das verbas, nas seguintes condições:

a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido.

b) Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c) Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

§2º - O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.6. Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, para assegurar o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

7.7. Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere. Pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

8. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Como forma de seleção do fornecedor, sugerimos a adoção do **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, nos termos do art. 89, §1º do RILC/CAER, por se tratar de serviços comuns.

9. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A proposta será julgada com base no MENOR VALOR POR ITEM ÚNICO;

9.2. Na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto, visto que se por tratar de contratação de serviços especializado de uma única categoria, com requisito muito específico.

10. DO VALOR ESTIMADO

10.1. O valor estimado para esta contratação será sigiloso, conforme art. 59 c/c art. 89, §2º, ambos do RILC/CAER.

11. DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. Para o atendimento médico em consultório próprio, o CONTRATADO deverá possuir clínica e/ou consultório dotado de equipamentos apropriados conforme sua especialidade, em condições de atender as necessidades do paciente a ser avaliado;

11.2. Para o atendimento médico na empresa, a contratada deverá executar os serviços na sede desta Companhia, situada na Rua Melvin Jones, 219 - Bairro São Pedro - CEP: 69.306.610 - Boa Vista - RR;

11.3. Os serviços deverão ser iniciados a partir da assinatura do contrato e deverão perdurar por toda a vigência contratual.

12. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão por conta dos recursos próprios da CAER, pela unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: 41090.17122010.001.000/154/001 devidamente atestados.

13. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenadoria de Termos de Referência e Projetos Básicos – CTRPB com base no Estudo Técnico Preliminar e documento de formalização da demanda, ambos elaborados pela Divisão de Segurança do Trabalho - DST,



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e no caso de concordância, ser aprovado pela Presidência – PRE, para ser integrado ao processo administrativo. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem serão resolvidos pela Divisão de Segurança do Trabalho - DST.

Boa Vista – RR, 03 de junho de 2024.

ELABORADO POR:

ANANDA LETÍCYA PINHO LIMA LOPES
Coordenadora de Termos de Referência e Projetos Básicos - CTRPB

WEVELLYN QUINCO DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Segurança do Trabalho - DST

CONCORDO:

PAULO MAGALHÃES DUARTE FILHO
Coordenador do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT

APROVO NOS TERMOS DO RILC/CAER:

JAMES DA SILVA SERRADOR
Presidente - PRE